

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDIY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélis Guimarães Sotio Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 108.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 9 de Agosto de 1972
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Lázaro Dumont.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiñaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Cândido Martins de Oliveira, Fabiano Braga Côrtes, João Fadel, Nivaldo Krüger. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA, com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 51-72. Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 78-71, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através da Secretaria dos Transportes, revestimento asfáltico da Rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Corlorado. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 10, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 52-72.
 Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 109.ª Sessão Ordinária
Realizada em 9 de Agosto de 1972
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiñaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santo Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Cândido Martins de Oliveira, Fabiano Braga Côrtes, João Fadel e Nivaldo Krüger. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs 131 e 145-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n.ºs:

49-72: Orçamento de Mensagem Governamental sob o n.º 14-72, que abre crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina A.P.A., para despesas com execução da Lei n.º 6.249, de 10.11.71, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.300. — **Agradeça-se.**

72-72: Do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que doa ao Aeroclube do Paraná, a Aeronave tipo Cessna 180, Prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.299. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 51-72 do Senhor Dr. Walterlan Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Sertãozinho, comunicando a aprovação por unanimidade de votos, o requerimento do edil João Rodrigues Junior, para estudo da possibilidade de aprovação de um projeto de lei obrigando a colocação do tipo sanguíneo nas cédulas de identidade. — Ao conhecimento da Casa — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 18/ORPAS, do Senhor Walkir Pinheiro Alves, Comandante do 1.º/5.º Regimento de Obuses — 105, no qual acusa recebido e agradece votos de congratulações de autoria do Senhor Deputado João Fadel, por haver assumido aquele Comando. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor Ruy Cunha, no qual agradece aos Senhores Deputados João Fadel e Arthur de Souza, por motivo de aprovação de registro em Ata, a passagem do centenário do nascimento do Senhor Eurides Cunha. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o n.º 312-72, do Senhor Augusto Novaes Bueno, Chefe de Gabinete da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, prestando esclarecimentos em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Arizone M. Araújo. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

TELEGRAMA:

Do Senhor Rodrigo A. Moreira, Secretário Geral MINTANSP, em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, no seguinte teor:

NR 814/SG / GB — 72-17-72 — PT EM NOME SENHOR MINISTRO TRANSPORTES APRAZ-ME ACUSAR ET AGRADECER VOSSÊNCIA MANIFESTAÇÃO ESSA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ENCAMINHADA ATRAVES OFÍCIO NR SA/865/72 VG DE 28/6/72 CSD — Ao conhecimento da Casa.

EMENDA:

E M E N D A

Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n.º 190-71.

Art. 1.º — Os órgãos estaduais, autarquias e companhias de economia mista em que o Estado seja majoritário, somente concederão financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possam provocar poluição do ar, água ou solo, se no projeto das mesmas estiverem incluídas execuções de obras que garantam o adequado tratamento dos resíduos líquidos industriais e disposição de seus efluentes, bem como de outras instalações que evitem a poluição ambiental em geral.

Art. 2.º — O projeto das obras e instalações a que se refere o artigo 1.º deve ser aprovado pelo órgão competente do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1972.

(a) — Borsari Netto

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, solicitando Regime de Urgência para o projeto que concede aumento de vencimentos ao funcionalismo público do Estado.

— De autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de n.ºs 87-72 e 90-72.

— De autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência, para a tramitação do Projeto de Lei n.º 118-72.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo trágico desaparecimento da Exma. Sra. Lourdes Garcia, vítima de lamentável acidente automobilístico.

A extinta, era filha do Senhor Secundino Garcia, figura de singular relevo da vida social, comercial e filantrópica da cidade de Cianorte, onde ela também residia.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja certificada a Família enlutada e de um modo especial, o seu inconsolável progenitor, Senhor Secundino Garcia.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1972.

(a) — Ovídio Franzoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Secretário da Agricultura, no sentido de que sua Excelência determine providências urgentes no sentido de encetar campanha visando combater o pulgão que vem se alastrando e dizimando a safra tritícola da região de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

No uso de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a S. Excia. o Senhor Cel. Mário David Andreazza, MD, Ministro dos Transportes, um veemente apelo no sentido de que seja acolhida a reivindicação do Lions Club de Porto União da Vitória, que pleiteia as providências necessárias objetivando o assolaçamento da ponte ferroviária sobre o Rio Iguaçu em União da Vitória.

A reivindicação feita pelo Lions Club de Porto União da Vitória, que ora ratificamos, tendo em vista seu alto sentido humano, tem por fim evitar a ocorrência de inúmeros acidentes com pedestres que procuram transpor a referida ponte, os quais perdem a vida no mais das vezes.

Sabendo-se que o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes já tomou as providências preliminares, encaminhando aquela reivindicação à direção da Rede Ferroviária Federal, requer-se, agora, o envio do presente apelo a S. Excia. no sentido de que o assunto venha a ser solucionado pela Rede Ferroviária Federal com a urgência que o caso requer.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1972.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra firmado, na forma do Regimento Interno e após ouvido o Plenário, requer seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Ministro dos Transportes e Ministro do Interior, no sentido de que o Noroeste paranaense seja incluído no Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste — PRODOESTE, criado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Decreto n.º 1.192, de 08 de novembro de 1971.

O presente apelo justifica-se, pois o Noroeste paranaense faz parte integrante da região que o Decreto Presidencial abrange, uma vez que a iniciativa do Governo Federal inclui dentro do Programa a estrada Paranavaí-Dourados.

Outrossim, a Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR, em sua 14.ª reunião, manifestou o desejo de que os vinte e três Municípios que a integram sejam incluídos no PRODOESTE.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1972.

(a) — Wilson Fortes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer seja enviado apelo a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, para que tomem urgentes providências no sentido de que sejam feitos os necessários reparos na rodovia Maringá-Paranavaí, no contorno de Mandaguapé, vez que o referido trecho não oferece condições de tráfego.

JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados, além do aspecto econômico que vem sofrendo as consequências danosas da interrupção da referida rodovia, são vidas humanas que vêm sofrendo maiores danos. Inúmeros são os acidentes fatais registrados naquele trecho. Não se justifica, nobres colegas, que tenhamos ainda em nosso Estado estradas que, por falta de conservação e melhoria, venham causando desastres fatais aos seus usuários. Como vidas humanas não têm preço, não há problemas insolúveis, principalmente quando põem em risco o bem estar e a vida de pessoas e também quando se trata de uma rodovia de tão grande importância.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1972.

(a) — Wilson Fortes

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução n.º 24-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972, serão realizados com alternância semanal de sessões Plenárias e reuniões das comissões.

Art. 2.º — A semana que se seguir à data desta Resolução, será destinada às sessões Plenárias.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1972.

(a) — Wilson Fortes

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 122-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Aracy de Lara Machado, viúva de Luiz Teixeira Machado, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1972.

(a) — Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objetivo amparar, em parte a situação precária de saúde em que se encontra a beneficiada, pois conta com idade avançada e praticamente sem condições de prover a sua própria subsistência.

Viúva há vários anos, vem lutando com sérias dificuldades a fim de amenizar os seus males, pois não possui recursos para se tratar.

Justo, por conseguinte, que o Poder Público venha em auxílio da Senhora Aracy Lara Machado, concedendo-lhe este modesto benefício.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, para o qual esperamos contar com total apoio.

Projeto de Lei n.º 123-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Transportes, a proceder ligação asfáltica entre a cidade de São José dos Pinhais, final da Rua XV de Novembro, e a estrada Curitiba-Joinville — BR-468.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1972.

(a) — Quielse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

O trecho que este Projeto de Lei pretende seja asfaltado é relativamente pequeno e será de grande valia para os veículos que demandam Joinville, pois que, atualmente, há uma interrupção no asfalto, na ligação entre a saída de São José dos Pinhais, final da Rua XV de Novembro, até encontrar a BR-468.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Ocupamos a Tribuna na tarde de hoje para dizer da necessidade de receber acolhida nesta Casa o Projeto de Lei que encaminhamos, que no seu artigo 1.º diz: (Lê)

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Transportes, a proceder ligação asfáltica entre a cidade de São José dos Pinhais, final da Rua XV de Novembro, e a estrada Curitiba-Joinville — BR-468.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vir na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

A Rua XV de Novembro, da Cidade de São José dos Pinhais, está servindo ultimamente, por força de aproveitamento de tráfego ou o fato de ser mais curta a distância, através de grande movimentação e nós sabemos que o acesso de entrada do Município de São José dos Pinhais, já foi asfaltado com a ajuda do Governo, do DER; no entanto, na fase final desta rua, nós não temos asfalto. E o problema cruciente que o Município enfrenta, é o da poeira excessiva defronte ao hospital de Tuberculosos. Então nós fomos procurados por diversas pessoas alguns vereadores de São José dos Pinhais, e principalmente pelas irmãs de caridade daquele hospital que reclamavam da movimentação naquele trecho de estrada e da excessiva poeira que levanta este tráfego. Evidentemente sabemos que o problema da tuberculose visa no seu tratamento, a escolha de local de pequena poluição atmosférica e, evidentemente, não será possível um tratamento adequado para pessoas portadoras de doenças pulmonares ou das vias respiratórias de um modo geral, em local de grande poluição atmosférica.

Esta é a nossa argumentação, além daquela que já está escrita no Projeto que nós possamos merecer de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, através da Secretaria de Transportes, mais esta colaboração para com o próspero município de São José dos Pinhais.

A seguir pretendemos, em lembrando a matéria que já foi tratada na Sessão Extraordinária de hoje, (lendo), “discussão única da Proposição n.º 51-72, Veto apostado ao Projeto de Lei 78-71, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através da Secretaria dos Transportes, revestimento asfáltico da Rodovia Arapongas — Astorga — Santa Fé — Colorado. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário”.

Este Projeto foi vetado por S. Exa. o sr. Governador do Estado no dia 6 de janeiro de 72. E na sua argumentação disse S. Exa., 1.º da inconstitucionalidade do Projeto; o que é descabível; e em segundo lugar, disse da falta de disponibilidade orçamentária daquele órgão para atender tão importante obra.

Aqui está, Sr. Presidente, srs. deputados. Foi no dia 6 de janeiro de 72. E nós estamos na Tribuna neste momento, apesar de no momento em que apreciamos um Veto do Sr. Governador, sobre o projeto de nossa autoria, ocupamos a Tribuna para proferir um agradecimento ao Sr. Governador, para fazermos aqui de público mais um agradecimento ao Governador Parigot de Souza, porque todos nós sabemos das minguidas verbas que o Departamento de Estradas de Rodagem e que a Secretaria de Transportes, contam para o Orçamento de obras de 1972.

Contudo, sr. Presidente, srs. Deputados, estamos nesta Tribuna, para fazer também um comunicado à Casa.

Este Projeto, que foi considerado impossível de ser executado já no início de 72, está sendo agora iniciado e para o asfalto de Arapongas a Astorga já estão caminhando as máquinas para terraplenagem e revestimento asfáltico.

Estive ainda ontem tratando com a firma subempreiteira e quero crer que além das necessidades que a própria região argumenta por si junto a S. Exa., também nossas gestões, junto ao Governo do Estado contribuíram para que a obra tivesse abreviado seu início. Para surpresa da firma empreiteira, foi determinada a ordem de serviço para serem já iniciadas as obras e esta não tinha condições para isso porque as máquinas estavam fora do Estado; sendo obrigada a fazer subempreitada a outra firma, para que se pudessem dar início as obras neste momento. A firma CIROL está deslocando as máquinas para o início do asfalto vinculado a este projeto de nossa autoria.

Por este motivo, apesar do Veto do Governador do Estado, ocupamos a Tribuna na tarde de hoje para proferirmos, do fundo do coração, em nome de nossa região, os agradecimentos a S. Exa. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Maurício Fruet, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente queremos consignar da Tribuna da Assembleia Legislativa o Projeto apresentado ontem na Câmara Municipal de Curitiba pelo vereador Arlindo Ribas de Oliveira, nos seguintes termos: (Lê) — “Projeto de lei estribado no artigo 184, da Emenda n.º 1, da Constituição Federal assegurando a título de representação, a quem tiver exercido o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba em caráter permanente, um subsídio vitalício igual aos vencimentos de Secretário de Estado, vedando-se a acumulação com qualquer outro cargo outro rendimento de fonte pública, mas, outrossim, permitindo-se a opção”.

Este Projeto foi apresentado, como já me referi, na sessão de ontem na Câmara Municipal, visando desta forma beneficiar aqueles que, no exercício da coisa pública se dedicaram ao desenvolvimento e ao progresso do Estado do Paraná, e que efetivamente tenham os requisitos necessários para merecer este vencimento.

Há ainda outro assunto que me traz à Tribuna na tarde de hoje.

Muitos dos Senhores tem conhecimento de que, com a vigência do Ato Institucional n.º 5 que dá pleno e total poder ao Presidente da República, muitas pessoas tiveram, no território nacional os seus direitos políticos cassados. Muitas destas decisões presidenciais infelizmente não fizeram justiça e aqueles punidos pelo Ato Institucional n.º 5, como todos sabem, não tiveram direito, de forma alguma, de se defenderem destas medidas. Inclusive quem mais sofreu foi a classe política nacional, tanto os representantes da ARENA como os do MDB.

Estamos agora, sr. Presidente, nos festejos nacionais em que o povo brasileiro unido no sentimento de patriotismo, comemora o Sesquicentário

de nossa Independência, os feitos de nossos antepassados são recordados com entusiasmo; os feitos de nossos atletas são festejados por toda a Nação brasileira. Então, deveria ser adotado, como medida de ordem coracional, por parte daqueles que têm a missão de governar o nosso País, a anistia política para aqueles que foram punidos pelo Ato Institucional n.º 5.

Vale, portanto, recordar, desta Tribuna, o pronunciamento realizado na última segunda-feira, no Congresso Nacional, pelo sr. Deputado Marcos Freire que com muito objetivo, com muita propriedade, analisou essa situação, e sugeriu aqueles que têm a missão de governar o nosso País, a anistia política, necessária e indispensável, para aqueles que foram punidos com base no Ato Institucional n.º 5. E fará isso com que o nosso povo, a nossa gente, se sintam mais unida, mais irmanada, nestas festas que já estão sendo comemoradas e que se prolongarão até setembro.

O depoimento prestado, no Congresso Nacional, pelo Deputado Marcos Freire, tem o seguinte teor: (Lendo):

"Já que não há maiores esperanças de normalização constitucional, a curto prazo, não adianta — diz ele — acalentar a ideia de que as comemorações do Sesquicentenário de nossa Independência política poderiam — e veriam nos ensinar a legalidade democrática. Foi o próprio Presidente da República quem desfez tal esperança, ao afirmar, peremptoriamente, na inauguração da nova sede do Ministério da Justiça, que não abrirá mão dos poderes de exceção de que dispõe.

É difícil, pois, o breve estabelecimento, entre nós, de um Estado de Direito.

Apesar disso, mesmo atingidos os dispositivos de exceção atualmente vigentes — e talvez por isso mesmo — poderia o Governo dar um primeiro passo na busca da reconciliação nacional. Isso através de uma ampla anistia política, no transcurso da próxima Semana da Pátria.

A iniciativa de tal concessão é, hoje, depois da atual Constituição, da competência privativa do Presidente da República. Foi uma das prerrogativas que se tirou do Poder Legislativo. Exercendo essa atribuição, que lhe é exclusiva, o Executivo embora continuando a deter os poderes outorgados dos quais diz não abdicar, demonstraria o propósito de pacificar a família brasileira. Repararia inúmeras injustiças praticadas e, ao mesmo tempo, continuaria senhor da situação para controlar a atividade dos que julgasse ainda suspeitos. Com isso possibilitar-se-ia, novamente, a integração de centenas de brasileiros no processo desenvolvimentista do nosso País, para no setor público ou privado, dar sua valiosa e patriótica colaboração.

Se o Governo, pois, não admite agora o pleno Estado de Direito que venha, então ao desportar de setembro do nosso Sesquicentenário, a concessão da anistia política".

Esse depoimento, agora transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi prestado no Congresso Nacional, pelo sr. Deputado Marcos Freire.

Como vêem os Srs. Deputados, esse trabalho, na sua singeleza, visa reintegrar toda a família brasileira. A concessão dessa anistia política fará com que se reintegrem, na vida política nacional, muitas inteligências brilhantes de eminentes brasileiros atingidos pelo Ato Institucional n.º 5 o que muito contribuiria para o crescimento do surto desenvolvimentista que atravessa a Nação.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. ocupa a Tribuna para tratar de um assunto que sem dúvida alguma, merece ser considerado como maior relevância por toda a Nação Brasileira. Porque, V. Exa., ao ler para esta Casa, discurso proferido pelo sr. Deputado de nosso Partido na Câmara Federal, Marcos Freire ia adicionando palavras de V. Exa. que contêm o mesmo pensamento convicto de que o Governo, por um ato de reconciliação, como bem refere V. Exa., que se constitui na verdade num ato de integração nacional. É preciso que o governo dê mostras práticas daquilo que afirma, de que a Nação gosta de paz, que a Nação vive em paz, que nosso país encontrou, o caminho do crescimento dentro da ordem e dentro da paz. Até que o governo assim demonstre, para mim ele conseguiu fazer com que esse país crescesse não dentro da ordem e da paz, mas dentro do medo das medidas excepcionais que o Governo possui em mãos. Segundo alguns, seria o ato de maior afirmação do Governo Federal de que ele crê firmemente no apoio que diz possuir do povo. Seria esse ato de reconciliação nacional, através da anistia daqueles que foram punidos pela legislação excepcional. É preciso que os responsáveis pelo poder nesta terra, se detenham um pouco e busquem num passado ainda não muito distante, e lá o governo encontrará grande número daqueles que hoje se constituem em bandeiras para esse governo, taxados de subversivos, perseguidos, processados. Estão aí mesmo publicados os depoimentos de Eduardo Gomes, de Juarez Távora, do saudoso Sílicia Campos e de tantos outros vultos ilustres da Nação Brasileira. O próprio brigadeiro Eduardo Gomes a que já me referi aqui, ainda recentemente recebia do Congresso Nacional as homenagens do povo brasileiro pela sua participação no episódio historicamente conhecido como "os 18 do Forte". Pois bem, esse homem que hoje merece os aplausos do governo e também da Nação brasileira, muitos de seus atos foram, num passado não muito distante, taxados de subversivos, perseguidos. É preciso que isso seja citado como exemplo, que os proscritos de ontem são os heróis de hoje. Pode ser também que o Governo esteja equivocado e muitos dos punidos, proscritos de hoje, sejam os heróis de amanhã. É preciso que o Governo de fato mostre na realidade, nos seus atos, aquilo que vem pregando, que o País vive em paz, que encontrou finalmente o caminho do progresso econômico dentro de um clima de ordem e tranquilidade. E isso o governo só conseguirá mostrar, se abrir mão dos poderes excepcionais que possui, porque caso isso não ocorra, é plenamente justificável que se entenda que o país não vive em clima de ordem de acatamento da autoridade, pelo consenso geral, mas sim por medo de sofrer punição, as mais das vezes arbitrárias emanadas do poder discricionário que o Governo tem em suas mãos. Segundo suas palavras e do Deputado Marcos Freire, e consigno também aqui o pensamento da Bancada de nosso partido de que na verdade o governo só será merecedor de aplausos de toda a Nação brasileira por esse ato, que seria o primeiro ato, desde 1964, emanado de um sistema que conquistou o poder nesta terra e que demonstraria sua evidente vontade e seu objetivo de pacificação nacional, de reconciliação nacional. É preciso que o Governo se lembre dessas palavras de um estadista, que já se incorporaram à história de nossa terra, e que pense nelas, "que sobre alcôas de ódio nada se edifica e que só o amor constrói para a eternidade".

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte do eminente Deputado Sebastião Rodrigues, Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa.

Na verdade, o pronunciamento do Deputado Marcos Freire demonstra a vontade do Brasil, no ano em que se comemora o sesquicentenário, em irmarizar todo o povo brasileiro com o único propósito de progresso e de desenvolvimento.

Essa participação e a presença do Deputado em seu pronunciamento na Câmara Federal reflete ainda uma evolução própria do Movimento Democrático Brasileiro que, até então, vinha simples e puramente pedindo a extinção do Ato Institucional n.º 5. Verifica-se, também, na observação e nos comentários do eminente Deputado que o MDB está disposto a oferecer a S. Exa. o Sr. Presidente da República mais um voto de confiança porque, com base no próprio Ato Institucional n.º 5, poderia S. Exa. conceder a referida anistia política; anistia política que viria de encontro aos interesses de uma grande parcela da população brasileira; anistia política que possibilitaria que a inteligência de patrióticos voltassem a colaborar para o progresso e para o desenvolvimento de nossa Nação. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução, Constante do Expediente, devidamente apoiado, referente a Sessões da Assembléia. — A Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 190-71 de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Será anexada ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo considerar de Utilidade Pública, à Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico. Parecer favorável da C.C.J. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que disciplina financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possam provocar poluição do ar, água ou solo, se o referido financiamento, for concedido por órgãos de economia mista em que o Estado seja majoritário. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a Maria Tereza Soares, residente na localidade de Rio Abaixo, Município de Castro. Parecer favorável da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública o Lar Batista Paranaense, da Cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública, a Associação Cristã de Moços, desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba. Parecer da C.C.J. CONTRÁRIO. — Rejeitado.

Projeto de Lei n.º 6-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, mantido pela referida Igreja, que também é conhecida como "O Brasil Para Cristo".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Pentecostal de Curitiba, cuja Igreja também é conhecida como "O Brasil Para Cristo", tem seus Estatutos devidamente registrados no livro "A" n.º 1616, das Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

A finalidade deste Departamento está expressa no Art. 2.º, item "d" e suas letras, que dispõe que a Igreja através deste órgão, fará o devido atendimento aos necessitados, sem qualquer acepção de pessoas ou credos. Visará ainda a fundação de escolas, orfanatos, asilos ou outras instituições caritativas, numa complementação do Trabalho ministerial Evangélico.

O Departamento vem funcionando plenamente com o atendimento de grande número de pobres que recebem alimentos, roupas, orientação moral e espiritual.

Dai, a razão, pela qual o reconhecimento da Utilidade Pública, pelos relevantes serviços que vem prestando, ser um estímulo a um trabalho ainda maior.

Espero assim a devida aprovação por parte dos nobres colegas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

1.) Tratam os autos de Projeto de Lei declarando de Utilidade Pública

o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba.

2.) O Projeto de Lei, além da justificativa, vem instruído com Certidão do Cartório do 1.º Ofício, de Registro de Pessoas Jurídicas, dos Estatutos da Igreja Evangélica Pentecostal, podendo-se ver às suas fls., as elevadas e altruísticas finalidades da atuação da entidade.

3.) — Entretanto, salvo melhor interpretação, quer nos parecer que o órgão cujo declaração de utilidade pública se pretende — Departamento de Assistência Social e Educacional —, é apenas parte integrante da estrutura administrativa da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, não gozando de nenhuma autonomia nos planos legal e jurídico, conforme se poderá ver às fls., da inclusa Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas já referidas, estando aí determinado, taxativamente, que

“...3 — O presidente do Departamento será sempre o próprio Pastor da Igreja...” (Art. 2.º, letra D, inciso).

4.) — Do exposto, concluiu-se que a iniciativa, se bem que louvável por pretender trazer o reconhecimento do Poder Público ao notável trabalho assistencial desenvolvido pelo Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, não se encontra devidamente apoiada na formalística legislativa, porquanto se pretende reconhecer como de Utilidade Pública apenas uma parte — o Departamento... —, do todo — A Igreja —, o que não encontra apoio nem na lógica, nem na lei.

5.) — Assim, temos que o presente Projeto de Lei não preenche as condições de legalidade — embora seja constitucional —, para ser votado e aprovado.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Camargo — Emílio Carazzai — Ovídio Franzoni — Maurício Fruet

Esta Presidência indaga do Sr. Deputado Emílio Carazzai, se pode prosseguir com a sessão.

O SR. EMILIO CARAZZAI — Sr. Presidente, quero que V. Exa. me desculpe, mas não estou entendendo a advertência de V. Exa., que acho irreverente.

O SR. PRESIDENTE — Estou indagando de V. Exa..

O SR. EMILIO CARAZZAI — Considero V. Exa. muito irreverente nessa indagação, eis que sempre me comortei com toda decência, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Então V. Exa. tome assento.

O SR. EMILIO CARAZZAI — E não admito que V. Exa. se atreva a chamar a minha atenção.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Projeto de Lei n. 6-71. — Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lourdes Garcia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja acolhida reivindicações do Lions Clube de União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que determine providências urgentes no sentido de encetar campanha visando combater o pulgão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Governador do Estado e Sr. Secretário de Transportes, para que tomem providências no sentido de que sejam feitos os necessários reparos na rodovia Maringá-Paranaval. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielsen Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 118-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei ns. 87-72 e 90-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto que concede aumento de vencimentos ao funcionalismo público do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo aos Srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes e Ministro do Interior, no sentido de que o Nordeste Paranaense seja incluído no Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, a Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4a. Discussão — do Projeto de Lei n. 190-71.

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 192-71, 204-71 e 213-71.

A Presidência marca ainda para a Sessão de sexta-feira, dia 11, às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 219-70, 240-70, 295-70, 13-71, 70-71, 99-71, 108-71, 230-71, 37-72 e 66-72.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de julho de um mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados: Xenofonte Vilanueva, Lazaro Dumont, Gabriel Maniel e Hélio Manfrinato, havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da sessão anterior pelo senhor secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do expediente, passou-se à Ordem do Dia. PROJETO DE LEI N. 106-71 — de autoria do senhor deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo, estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do distrito de Riozinho, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N. 150-71 — de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso e Quiêlse da Silva, que autoriza o P.E. celebrar através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, para construção de uma ponte sobre o Rio Pirapó, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N. 163-71 — de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o P.E. construir um ginásio estadual em Santa Maria, Município de Pitanga, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N. 178-71 — de autoria do senhor deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga a cidade de Dois Vizinhos à usina Foz do Chopim, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N. 260-71 — de autoria do senhor deputado Domício Scaramella, que autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares, no Rio Pottinga, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N. 265-71 — de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Cortes, que autoriza o P.E. estadualizar, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Imbaú a cidade de Telemaco Borba, relator deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N. 279-71 — de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Palmeirinha no Município de Guarapuava, ao Município de Palmatal, passando pelo distrito de Cerro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N. 23-72 — de autoria do senhor deputado Domício Scaramella, que autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo distrito de Ubaldino Taques, relator deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

aa) FRANCISCO BORSARI NETO — Presidente
ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO ORDINÁRIA ATA DA 17a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Alvaro Dias apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 73-71 — autor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o mun. de Pinhão ao mun. de Manguelirinha. PROJETO DE LEI N. 84-71 — autor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, no Mun. de Guarapuava. PROJETO DE LEI N. 86-71 — autor deputado Mauricio Fruet, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. PROJETO DE LEI N. 122-71 — autor deputado Quiêlse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Mun. de Colorado, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios que especifica. PROJETO DE LEI N. 132-71 — autor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná — CINTEAPA, com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como alimentadoras do sistema rodoviário estadual e federal. PROJETO DE LEI N. 139-71 — autor deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do D.E.R., com o executivo municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede deste Município à rodovia Maringá-Uruarama PR-85. PROJETO DE LEI N. 149-71 — autor deputado Ivo Thomazoni, que dá nova redação ao art. 356, da Lei n. 6.174, de 16-11-70. (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado. PROJETO DE LEI N. 149-71 — autor deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo delegar poderes a Fundepar, para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio para o Grupo Escolar de Copacabana do Norte. PROJETO DE LEI N. 18-72 — autor deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) ao ex-delegado de Polícia Alfredo Soares Freitas. PROJETO DE LEI N. 18-72 — autor C.C.J. ex-proposição n. 111-72, que aprova o Termo Aditivo de retificação de cláusulas do convênio firmado em 25-2-70, entre o Estado do Paraná, através a Secretaria de Agricultura e a Pref. Mun. de Curitiba, objetivando a conservação e planificação do Jardim Botânico, desta Capital. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por Mim, para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LELIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 73-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguelirinha.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) Cândido Manuel M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 84-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no Município de Guarapuava.
Art. 2.º — A Escola terá, além de um Ginásio Técnico Industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra especializada da região.
Art. 3.º — O curso ginasial técnico terá a duração letiva de 4 (quatro) anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes do ensino profissional.
Art. 4.º — A Escola Técnica funcionará sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.
Art. 5.º — O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.
Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 2-8-72
aa) Cândido Manuel M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 86-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora dos Pinhais, em Curitiba.
Art. 2.º — A Escola terá, além de um Ginásio Técnico Industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra, especializada em Curitiba.
Art. 3.º — O curso ginasial técnico terá a duração letiva de 4 (quatro) anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes do ensino profissional.
Art. 4.º — A Escola Técnica funcionará sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.
Art. 5.º — O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.
Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 2-8-72
aa) Cândido Manuel M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 122-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar na sede do Município de Colorado, uma Circunscrição de Trânsito, cuja jurisdição abrangerá também os Municípios de Nossa Senhora das Graças, Itaguapé, Santa Inês, Santo Inácio, Paranacity, Parapanema, Jardim Olinda, Inajá, Luponópolis, Guaraci e Cafeára.
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 2-8-72
aa) Cândido Manuel M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 132-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma companhia, sob a denominação de Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná — CINTEAPA — com o objetivo de realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas situadas ao âmbito municipal, identificadas como "alimentadoras" do sistema rodoviário estadual e federal, bem como praticar todo e qualquer ato ligado à consecução desse resultado.
Parágrafo único — Além do Estado, poderão integrar a Companhia os municípios em cujo território se achem as referidas estradas, nela ingressando por ocasião de sua constituição ou à medida em que for autorizado e resolvido o aumento do capital social.
Art. 2.º — A CINTEAPA, terá ainda, como encargo fundamental, promover, através de empresas subsidiárias, cuja constituição fica, desde já autorizada, a implantação de uma política rodoviária intermunicipal integrada, prestar àquelas mesmas empresas, assistência técnica, fiscalizar as obras e serviços contratados e exigir das mencionadas empresas a fiel execução dos planos e programas rodoviários que elaborar.
Parágrafo único — As empresas a que alude este artigo serão constituídas mediante a reunião de municípios em regiões, na forma prevista na Constituição do Estado, de modo que a cada região corresponda uma empresa subsidiária.
Art. 3.º — Por decisão da Assembléia Geral, a Companhia poderá ampliando o seu capital, emitir ações a serem subscritas por outros municípios, segundo o critério firmado no parágrafo único do art. 1.º e pelo Estado, na forma da Lei. O Município, que vieram a fazer parte da Companhia, o farão, ao mesmo tempo em que, reunidos na forma do parágrafo único do artigo anterior, constituírem mais uma empresa subsidiária.
Art. 4.º — O capital inicial da CINTEAPA será de Cr\$ 1.630.000,00 (um milhão, seiscentos e trinta mil cruzeiros), dividida em 163.000 (cento e sessenta e três mil) ações de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma, todas nominativas, sendo 81.500 (oitenta e uma mil e quinhentas) ordinárias e 81.500 (oitenta e uma mil e quinhentas) preferenciais.
Parágrafo único — Do total referido neste artigo o Estado do Paraná subscreverá 32.600 (trinta e duas mil e seiscentas) ações ordinárias, cabendo aos municípios que ingressarem na Companhia a subscrição do restante do capital social, na proporção da capacidade financeira de cada um.
Art. 5.º — Os dividendos que couberem ao Estado e aos municípios que façam parte da CINTEAPA serão aplicados inicialmente:
a) na integralização dos valores das ações subscritas pelo Estado e pelos municípios integrantes da sociedade;
b) na aplicação de até 20% (vinte por cento) em serviços rodoviários, ligando zonas de alta produção e abastecimento e centros de comercialização ou de consumo, que não tenham constado originariamente de Plano Diretor.
Art. 6.º — Para integralização do valor de suas ações, na CINTEAPA, o

Estado do Paraná poderá utilizar bens e direitos alienáveis que possua, relacionados com o setor rodoviário e os créditos e verbas devidamente autorizados para esse fim.

Art. 7.º — É o Poder Executivo autorizado:

a) a designar, por decreto, o representante do Estado nos atos constitutivos da CINTEAPA — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná e das empresas subsidiárias que vierem a ser criadas;
b) a oferecer a garantia do Estado, sob a forma de fiança, aval, endosso ou outra qualquer, às operações de crédito e aos contratos para execução de obras e aquisição de materiais e equipamentos, celebrados pela Companhia e pelas empresas subsidiárias que, com o mesmo objetivo, vierem a ser criadas;
c) a consignar, na proposta orçamentária para 1973, verba própria para integralização do restante do valor das ações subscritas.
Art. 8.º — A Companhia Internacional de Estradas Alimentadoras do Paraná terá um Conselho Administrativo, onde, além do representante do Estado, deverá haver representantes das empresas subsidiárias, na proporção de um para cada empresa.

§ 1.º — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, sendo o voto do representante do Estado equiparado ao de uma subsidiária.

§ 2.º — A escolha dos representantes das subsidiárias será feita pelas mesmas, sendo que todos os seus integrantes terão voto igualitário independentemente do capital com que cada município entre para o empreendimento.

Art. 9.º — O Estado do Paraná responde subsidiariamente por todos os compromissos legalmente assumidos pela CINTEAPA e suas subsidiárias.

Art. 10 — As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas, no corrente exercício, pela dotação da rubrica sob código local 4.1.0.0 — Despesas de Capital (Investimentos), no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) do Orçamento vigente.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) Cândido Manuel M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 139-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através do Departamento de Estradas de Rodagem, a celebrar convênio com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da via que liga a sede deste Município à rodovia Maringá-Umuarama (PR-86), com implantação do correspondente trevo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) Cândido M.M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 149-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O art. 356, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 356. — O pagamento do salário-família, na forma prevista pelo art. 196 e seu parágrafo único, é extensivo ao cônjuge e demais dependentes do servidor falecido anteriormente à vigência desta Lei, não se computando parcelas atrasadas".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) Cândido M.M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 148-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a delegar poderes à Fundepar para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio de alvenaria com 8 (oito) salas de aula e demais dependências, para o funcionamento de um Grupo Escolar em Copacabana do Norte, Distrito do supra citado Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) Cândido M.M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 18-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) a Alfredo Soares de Freitas, ex-Delegado de Polícia do Município de Colorado.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente Lei correrá a conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) Cândido M.M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 18-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo da retificação de cláusulas de Convênio firmado em 25 de fevereiro de 1.970, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a observação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) Cândido M.M. de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias e Gabriel Manoel